

Parecer nº 126/99

Data: 1999.07.28

Processo nº 632

Reclamante: António Jorge Marques dos Santos

Entidade reclamada: ANA - Aeroportos de Portugal, SA

I - A reclamação

1. António Jorge Marques dos Santos solicitou ao director do aeroporto de Lisboa a "passagem de uma segunda via do documento referente ao Acordo de Comissão de Serviço, emitido em 29 de Julho de 1994".
2. A ANA - Aeroportos de Portugal SA., através da Chefe do Serviço de Recursos Humanos, comunicou ao acima referido requerente que "tendo-lhe sido fornecido, em devido tempo, o duplicado do Acordo de Comissão de Serviço que celebrou com (aquela) empresa em 29 de Junho de 1994 e cuja denúncia teve efeito a partir de 31 de Março de 1998, foi por despacho do Sr. DALIS indeferido" o pedido de cedência de segunda via.
3. Perante tal indeferimento expresse, vem o cidadão apresentar reclamação a esta Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos (CADA), com base no disposto nos artigos 15º nº 4 e 16º nº 1 da Lei nº 65/93, de 26 de Agosto (LADA), por violação do disposto nos artigos 1º, 3º e 7º nºs 2 e 3 da mesma lei.

II - Apreciação

4. A primeira questão que importa dilucidar é a de saber se o acesso, por reprodução, ao documento referido, se inclui no âmbito de aplicação da LADA.

5. Para esclarecer tal questão importa saber se a ANA, SA se inclui no âmbito previsto no artigo 3º da lei.
6. Ora a ANA, SA (ANA - Aeroportos de Portugal, SA) resultou da cisão da Empresa Pública Aeroportos e Navegação Aérea, ANA, EP, operada pelo Decreto-Lei nº 404/98, de 18 de Dezembro.

Este diploma legal cindiu a referida empresa pública, criando a nova Empresa Pública Navegação Aérea de Portugal, NAV, EP e transformando a (remanescente) ANA, EP em sociedade anónima, com a designação abreviada de ANA, SA. Ora, qual é a qualificação jurídica desta sociedade que importa à dilucidação do regime aplicável ao acesso a documentos que detenha?.

7. A ANA é uma sociedade anónima, tendo-lhe sido atribuída a concessão, em regime de exclusividade, do serviço público aeroportuário de apoio à aviação civil (vide artigo 12º do diploma acima referido), que aliás constitui o seu objecto principal (vide artigo 3º dos seus estatutos).
8. Para prossecução do serviço público que lhe está concessionado, a ANA detém, de entre outros, os poderes e prerrogativas do Estado (vide artigo 14º do referido diploma legal) quanto a:
 - a) Licenciamento e concessão de actividades;
 - b) Fixação de taxas;
 - c) Cobrança coerciva de taxas;
 - d) Expropriação por utilidade pública de imóveis que se mostrem necessários à prossecução do serviço público concessionado;
 - e) Execução coerciva de decisões de autoridade, incluindo o recurso à força pública.

9. Ora, os artigos 2º e 3º da LADA prevêm que se incluem no seu objecto e âmbito de aplicação, documentos detidos por "entidades no exercício de poderes de autoridade, nos termos da lei".
10. Através da concessão, o Estado transfere para uma entidade terceira o desenvolvimento de uma actividade pública. E esta, pelo facto de passar a ser gerida por uma entidade privada, não perde a sua natureza substancial. Assim, é indubitável que os documentos detidos pela ANA, SA são objecto de acesso nos termos da LADA.
11. O documento a que o cidadão pretende aceder, por reprodução, diz-lhe directamente respeito. Ainda que fosse considerado nominativo - e não é claro que o seja, face ao disposto nas alíneas b) e c) do nº 1 do artigo 4º da LADA - é de livre acesso pelo próprio.

O documento não está sujeito a qualquer restrição em termos de acesso.

III - Conclusão

12. Com base na apreciação feita conclui-se:

- a) A LADA aplica-se ao acesso a documentos detidos pela ANA, SA;
- b) A ANA, SA deve permitir o acesso pretendido pelo cidadão reclamante ao documento por ele indicado.

Lisboa, 28 de Julho de 1999.

João Figueiredo (Relator) – José Magalhães – Silva Marques – Narana Coissoró – Vasco Almeida – José Renato Gonçalves – Gameiro dos Santos – Castro Martins (Presidente)